



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 A vigésima oitava reunião ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas teve lugar no  
2 Auditório da SEMA, Av. Borges de Medeiros, nº 261, 15º andar, Centro Histórico – Porto Alegre, às  
3 quatorze horas. **Membros Presentes: Sérgio Cardoso – Presidente – Comitê Gravataí; Maiquel**  
4 **Lunkes – Comitê Caí; Luciano Alegre – Comitê Butuí-Icamaquã; Ivan Carlos Viana – Comitê Várzea;**  
5 **Karla Leal Cozza – Comitê Camaquã; Fernando Lague – Comitê Litoral Médio; Luis Feijó –**  
6 **Secretaria da Saúde; Isabel Cristina Dresch – SOP; Rejane de Abreu – DIOUT/DRH/SEMA; Glaucus**  
7 **Vinícius Biasetto – FEPAM; Maj. QOEM Alberto Becker – Secretaria de Segurança**  
8 **Pública/PATRAM; Ricardo Núncio – SDR. Demais Presentes: Maria Patrícia Möllmann –**  
9 **Gabinete/SEMA; Carlos Sobrinho – DIOUT/DRH/SEMA; Gabriel Frota – CRH/SEMA. Ausências**  
10 **Justificadas: Isabel Cristine de Carvalho – Comitê Pardo; Claudir Alves – Comitê Passo Fundo;**  
11 **Jeferson Silveira – Comitê Mampituba. O Presidente Sérgio Cardoso deu início à reunião saudando**  
12 **a todos e entrou na ordem do dia. Item 1. Aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária da CTAS:**  
13 **Os membros dispensam a leitura da ata e encaminhada anteriormente a todos dispensado a**  
14 **leitura da mesma, o Presidente decide colocá-la em votação. Ata aprovada por maioria. Item 2.**  
15 **Termo de referência para Critérios de Outorga de Águas Subterrâneas RS:** A apresentação do  
16 projeto ficou a cargo da técnica do DRH Rejane, sendo assim a mesma relatou que o documento foi  
17 encaminhado para o banco mundial e se refere a contratação de estudos para elaboração de  
18 critérios de águas subterrâneas. Posteriormente outro técnico do DRH explanou sobre a ideia do  
19 projeto, sobre quais os dados que serão coletados para a fim de saber-se a disponibilidade hídrica  
20 do estado do RS para critérios de outorga Subterrânea. Esses critérios farão parte da contratação  
21 dos planos de bacia do estado. A secretária Maria Patricia, diante do questionamento do comitê  
22 Várzea o qual questiona se haverá contratação de empresa para realizar esse estudo explica que  
23 não, que tendo em vista que não foi possível aprovar o projeto no banco mundial e portanto será  
24 feito com “forças próprias do DRH”. Desse forma, esse projeto veio para esta CT apenas a título  
25 informativo, já que não necessita mais de encaminhamento. O presidente Sérgio Cardoso  
26 aproveitou para relatar que dentro do comitê Gravatahy foi constituído um grupo dentro do  
27 comitê, capitaneado pelo presidente do comitê e desta CT com 8 técnicos das prefeituras e da  
28 CPRM para criação de critérios de outorga subterrânea para a bacia hidrográfica do Gravatahy.  
29 Este grupo está acumulando dados e conhecimento técnico científico a respeito de gestão de  
30 águas subterrâneas. Segundo Sérgio em dezembro de 2018 já serão possíveis conclusões sobre o  
31 trabalho. A secretária Maria Patricia coloca o DRH a disposição para contribuir nesse processo para  
32 que as informações estejam alinhadas com quem vai lá na frente outorgar, conclui parabenizando o  
33 comitê pela atitude. Sérgio relata a importância de não ter externado isso ao DRH antes em virtude  
34 de que dentro do comitê existe pela diretoria autonomia de trabalho e de organizar reuniões e  
35 tratativas deste grupo de trabalho. **Não há encaminhamentos para este item. Item 3: Projeto**  
36 **regularização de poços no Rio Grande do Sul:** A secretária Maria Patricia iniciou a apresentação do  
37 projeto levando em consideração o histórico de gestão de águas a qual deixa um grande passivo  
38 referente a águas subterrâneas e sua regularidade nas captações, neste sentido o DRH vem  
39 publicando algumas normas para gestão de águas subterrâneas. Neste sentido a proposta é de ser  
40 elaborada uma política pública de longo prazo através do fundo de recursos hídricos em que se  
41 possa conhecer o universo de poços de captação de águas subterrâneas e oferecer algum  
42 programa de regularização destas captações, hoje não há como regularizar todos em um prazo de  
43 um ou dois anos, sendo dever do estado organizar esse processo. Esse programa de regularização  
44 fará a contratação pelo estado de profissionais habilitados a realizar a elaboração de laudos e afins  
45 para essa regularização, sendo que o proprietário do referido poço ressarciria o estado de acordo  
46 com sua capacidade de pagamento, ou seja, quem pode mais paga mais, quem pode menos paga



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

47 menos, o FRH seria o apoiador dessa regularidade, dessa forma os profissionais iriam aos  
48 municípios de forma organizada com um número pré estabelecido de poços a serem regularizados  
49 o que geraria um custo menor deste profissional. Segundo a secretária Maria Patricia existem  
50 várias ações civis públicas que obrigam ao estado que faça essa fiscalização, uma dessas que já está  
51 transitado em julgado é na comarca de Santa Maria que obriga o estado que faça a fiscalização, o  
52 que a partir dessa politica possa ser possível que os proprietários possam se regularizar e não  
53 apenas sair multando os proprietários sem oferecer uma regularização aos mesmos, entende-se  
54 por regularização o tamponamento ou a adequação para o funcionamento do poço. Em outras  
55 comarcas também existem ações como essa. De acordo com a secretária a fiscalização não pode  
56 ser vista como a única política pública do poder público e sim uma das politicas públicas. Essa  
57 proposta irá também a Câmara Técnica do Fundo de Recursos Hídricos para que a mesma seja  
58 apreciada e aprovada. Na sequência, Sérgio Cardoso manifesta-se dizendo que a proposta é mais  
59 um avanço na politica pública de águas subterrânea do estado, a proposta pode ser melhorada em  
60 alguns aspectos, mas é uma linha propositiva e não de passividade, afinal o FRH não é apenas para  
61 águas superficiais ou para a fiscalização, mas sim também para a proposição de politicas públicas  
62 destinadas a águas subterrâneas, dessa forma conclui Sérgio que é favorável a atitude propositiva  
63 do governo. No decorrer do processo os ajustes finos vão sendo discutidos, mas que isso não  
64 impede o avanço no debate. O representante Fernando relata que se preocupa com os poços de  
65 monitoramento exigidos pela FEPAM, entretanto lhe é explicado que os mesmos são dispensados  
66 de outorga. Ivan Viana, do comitê Várzea sugere que os lotes devam ser por município e não pelo  
67 número de 60 poços como está proposto, a secretária Maria Patricia lhe responde que conforme  
68 combinado com o presidente Sérgio Cardoso caberia aprovar o projeto, destacando que as  
69 peculiaridades vão sendo discutidas e implantadas no decorrer do processo, a medida com que  
70 forem necessárias customizações essas possam ser feitas. O representante Luiz preocupa-se com o  
71 fluxo do projeto, quais serão os próximos passos. Sérgio que relata que conforme conversa com o  
72 diretor Fernando que os métodos operacionais serão discutidos no decorrer do processo, a ideia é  
73 avançar com a proposta da politica e a operação vai sendo adequada. Sérgio relata que a  
74 pretensão é apresentar a proposta a Câmara Técnica do Fundo de Recursos Hídricos. Ivan Viana, do  
75 comitê Várzea salienta que no comitê Várzea, a maioria dos poços existentes para abastecimento  
76 de comunidades rurais, não estão cadastrados no SIOUT, o que levou o mesmo a solicitar que  
77 quando estiver em execução a politica pública proposta é que esses poços sejam alvo da mesma.  
78 Após as discussões, Rejane ressalta que não está definida a regra se por exemplo o dinheiro vai ser  
79 repartido entre os comitês ou o que, isso será discutido ao longo do processo, a secretária Maria  
80 Patricia ressalta que adequações (obras) a serem realizadas no poço não estão abarcadas nessa  
81 proposta, mas que não serão tamponados de imediato poços de abastecimento comunitário sem  
82 dar opção e tempo de adequação para a população e que nenhum tamponamento será realizado  
83 sem ordem do DRH. Sérgio Cardoso coloca em votação a proposta em suas linhas gerais onde após  
84 será encaminhada ao CTRFH e posteriormente ao CRH dia 14. **Aprovada por unanimidade. Item 4.**  
85 **Ofício encaminhado pelo Comitê Tramandai:** O comitê não apresentou com clareza o que gostaria  
86 desta CT, não há o que analisar pois o produto referente ao plano de bacia que trata de águas  
87 subterrâneas não foi entregue, conforme relato da Técnica do DRH a qual acompanha a execução  
88 do Plano. Neste sentido não há o que discutir nesta CT. Não há encaminhamento para este ofício,  
89 sugere-se que o comitê venha até esta CT ou ao CRH que é a quem o mesmo deve reportar-se e  
90 esclarecer suas preocupações e anseios referentes ao plano de bacia, na próxima reunião o comitê  
91 deve estar presente para explicar melhor o que quer desta CT. **Item 5. Legislações alteradas:** Sérgio  
92 explica que deve haver mais comunicação e mais divulgação das legislações e politicas públicas aos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

93 diversos atores responsáveis da população, pois se não as autoridades pedem ou exigem  
94 legislações que já foram alteradas ou revogadas. A secretária Maria Patricia acredita que através  
95 do CONDIMA as prefeituras possam ser melhor comunicadas sobre as alterações de legislações.  
96 **Item 6. Assuntos gerais:** Não há inscrições. Ficou definida que a próxima reunião será dia  
97 17/04/2018. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada.